

Comunidades Ribeirinhas Amazônicas e a Expansão do Agronegócio: ancestralidades e atualidade da condição camponesa nos vales do Madeira e Purus¹

João Maciel de Araújo, Professor EBTT (Área de Sociologia), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM/Campus Avançado de Boca do Acre. Doutor em Ciências Sociais (2021) pela Universidade Federal Paulista - UNESP de Araraquara.

Resumo

Os dois últimos verões amazônicos (2023 e 2024) impressionam o mundo devido a seca severa que atinge a porção ocidental da Amazônia brasileira. O baixíssimo volume de água dos rios criou uma paisagem desoladora e aterrorizante, transformando o cotidiano de comunidades ribeirinhas e de toda a sociedade regional. Este trabalho busca provocar a reflexão acerca da realidade de comunidades ribeirinhas estabelecidas nos vales dos rios Madeira e Purus, no Sul do estado do Amazonas. Por meio de uma abordagem relacional, com dados produzidos a partir de levantamento documental, entrevistas abertas e observação direta realizadas entre janeiro de 2023 e agosto de 2024, em seis comunidades (três em cada vale), a pesquisa lança luz sobre as rupturas e continuidades do processo histórico de (re)existência de um campesinato ribeirinho nesta região, pressionado pelo avanço do agronegócio e dos recentes eventos climáticos. Os dados revelam que os sistemas simbólico-práticos que orientam estas comunidades são também portadores de elementos para imaginar um futuro possível para a Amazônia.

Palavras-chaves: Comunidades ribeirinhas; Amazônia; Fronteira agropecuária; Campesinato

Amazon Riverine Communities and the Expansion of Agribusiness: ancestries and current peasant conditions in the Madeira and Purus valleys

Abstract

The last two Amazonian summers (2023 and 2024) impressed the world due to the severe drought that hit the western portion of the Brazilian Amazon. The very low volume of water in the rivers created a desolate and terrifying landscape, transforming the daily lives of riverside communities and the entire regional society. This work seeks to provoke reflection on the reality of riverside communities established in the valleys of the Madeira and Purus rivers, in the south of the state of Amazonas. Through a relational approach, with data produced from documentary survey, open interviews and direct observation carried out between January 2023 and August 2024, in six communities (three in each valley), the research sheds light on ruptures and continuities of the historical process of (re)existence of a riverside peasantry in this region, pressured by the advance of agribusiness and recent climate events. The data reveal that the symbolic-practical systems that guide these communities are also carriers of elements to imagine a possible future for the Amazon.

Keywords: Riverside communities; Amazon; Agricultural Frontier; Peasantry.

¹ O artigo resulta de pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Edital CNPq/MCTI No 40/2022 - Pró-Humanidades) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Edital 006/2022- PAINTER+/FAPEAM).

Comunidades ribereñas amazónicas y la expansión del agronegocio: ancestralidad y actualidad de la condición campesina en los valles de Madeira y Purús

Resumen

Los dos últimos veranos amazónicos (2023 y 2024) impresionaron al mundo debido a la severa sequía que azotó la porción occidental de la Amazonía brasileña. El bajísimo caudal de agua de los ríos creó un paisaje desolado y aterrador, transformando la vida cotidiana de las comunidades ribereñas y de toda la sociedad regional. Este trabajo busca provocar una reflexión sobre la realidad de las comunidades ribereñas establecidas en los valles de los ríos Madeira y Purús, en el sur del estado de Amazonas. A través de un enfoque relacional, con datos producidos a partir de encuestas documentales, entrevistas abiertas y observación directa realizadas entre enero de 2023 y agosto de 2024, en seis comunidades (tres en cada valle), la investigación arroja luz sobre rupturas y continuidades del proceso histórico de (re)existencia de un campesinado ribereño en esta región, presionado por el avance del agronegocio y los recientes eventos climáticos. Los datos revelan que los sistemas simbólico-prácticos que guían a estas comunidades son también portadores de elementos para imaginar un futuro posible para la Amazonía.

Palabras clave: Comunidades ribereñas; Amazonía; Frontera Agrícola; Campesinado.

Introdução

Algumas referências historiográficas dedicadas ao processo de implantação e expansão da empresa extrativista da borracha, fazem menção as expedições que visavam encontrar caminhos mais viáveis de interligação entre os afluentes da margem direita da grande bacia amazônica. Um dos casos conhecidos é o do interflúvio Purus/Madeira, na porção ocidental da região, a partir do final do século XIX. Tentativas frustraram comerciantes locais, situados nos dois vales, e também as grandes empresas, casas exportadoras situadas em Belém e Manaus. Um século depois, por meio da Transamazônica, a ditadura militar interligou, via terrestre, as margens dos dois grandes rios, num traçado de aproximadamente 230 Km, entre Humaitá (região do Médio Madeira) e Lábrea (região do Médio Purus no Amazonas), começando novo capítulo da história regional.

Meio século após o início da instalação do complexo rodoviário, a região, que tinha na navegação fluvial a condução da atividade econômica e um forte elemento na formação cultural, testemunha as maiores secas já registradas: decretos de emergências, declarações de calamidade, resoluções de escassez hídrica, entre outras medidas de órgãos do Estado, em escala municipal, regional e federal, parecem sinalizar o que seria o colapso dos rios e a afirmação final das rodovias como solução para a outrora desejada interligação das bacias. Paralelo aos atos publicados nos diários oficiais noticiados pela imprensa, mensagens de voz e

vídeos feitos em aparelhos *smartphones* por ribeirinhos ganham o mundo, mostrando não somente o drama pelo qual estão passando, mas, sobretudo, deixando claro que sucederam-se gerações que ali habitam durante todo este tempo, como agentes da maior relevância no cenário econômico e ambiental, e aí pretendem permanecer, exigindo medidas governamentais.

Parte dos fatores que levaram à agravada situação do baixo volume das águas dos dois rios na atualidade, seguramente foram gerados justamente pela abertura das estradas, que viabilizaram o desmatamento para a formação de pastagens e o estabelecimento da pecuária bovina de corte, que transformou a paisagem. Milhões de Km² de floresta, que permitiam a manutenção de mananciais de vários portes, garantindo como afluentes o volume dos dois rios, foram suprimidos. Por outro lado, a possibilidade de acessarmos quase em tempo real as informações sobre as dificuldades crescentes de navegabilidade, escasseamento da água para o consumo humano (sobretudo no Madeira), baixa frutificação do açaí por causa do reduzido volume de chuvas, ou o atraso na subida das piracemas (no Purus), contraditoriamente, também se inscreve como resultado deste movimento de abertura das rodovias. A violenta escalada da territorialização do capital agrário foi acompanhada de um forte movimento de resistência camponês e indígena nesta região, que por meio de movimentos sociais a partir do final dos anos 1970, engendrou novas institucionalidades de garantia de direitos territoriais, como as reservas extrativistas (PORTO-GONÇALVES, 2008). Não sem percalços, estes territórios são garantia de permanência de sucessivas gerações em centenas de comunidades ribeirinhas nos dois vales.

O presente trabalho consiste num recorte de uma pesquisa que busca melhor compreender os impactos diretos e indiretos da expansão do agronegócio sobre a dinâmica socioeconômica, cultural e política de comunidades ribeirinhas estabelecidas nos vales dos rios Madeira e Purus, na região sul do estado do Amazonas. A partir de incursões de caráter exploratório e de contatos e articulações com agentes ligados a movimentos sociais e entidades de representação camponesa, mantendo uma perspectiva relacional de análise do espaço social (BOURDIEU, 2000) foram identificadas seis comunidades com as quais iniciamos interação a partir de janeiro de 2023: comunidades Santa Rosa, Paraisinho e Paraiso Grande, no município de Humaitá, vale do rio Madeira; e Comunidades Jurucua, Independência e Pau do Alho, no vale do rio Purus, sendo a primeira no município de Lábrea e as outras duas em Boca do Acre.

Realizamos uma investigação de caráter qualitativo, registrando processos materiais e simbólicos da presença e transformações relacionadas à dinâmica socioeconômica, cultural e política destas comunidades no contexto regional, através de instrumentos de escuta e

observações direta. Pesquisadores e comunidades pactuamos a elaboração de Planos de Desenvolvimento Comunitários, instrumento por meio do qual, além da sistematização participativa do cenário atual, reflete-se e formulam-se ideias e estratégias para o enfrentamento de problemas reconhecidos pelos sujeitos da pesquisa.

1. Aspectos Teórico-metodológicos

Este trabalho expressa resultados parciais de uma pesquisa que engloba casos de comunidades ribeirinhas situadas nos vales dos rios Madeira e Purus, com o objetivo de identificar e analisar os impactos diretos e indiretos da expansão do agronegócio sobre os meios de vida e organização destas comunidades. As comunidades que constituem o *locus* empírico da pesquisa foram definidas a partir de critérios de acessibilidade (distância da cidade e custos de deslocamento) e através de inserção pré-exploratória, por meio de visitas aos municípios de Humaitá, Lábrea e Boca do Acre, para a realização de entrevistas e reuniões com agentes institucionais de assessoria a organizações de ribeirinhos (Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Comissão Pastoral da Terra e Pastoral Ribeirinha). Desta forma aqui são consideradas: Comunidade Paraisinho, Comunidade Paraiso Grande e Comunidade Santa Rosa, localizadas no município de Humaitá, no Vale do Rio Madeira; e Comunidade Independência e Comunidade Pau do Alho, no município de Boca do Acre e Comunidade Jurucuá, no município de Lábrea, no Vale do Rio Purus.

Utilizando metodologia de pesquisa-ação, a condução dos trabalhos tem o propósito de formular um instrumento de auxílio à organização das demandas comunitárias, que denominamos Plano de Desenvolvimento Comunitário – PDC. O PDC compreende duas fases: a) Diagnóstico comunitário com dados demográficos e outras informações sobre aspectos econômicos, históricos, políticos, ambientais e culturais das comunidades; e b) análise da realidade e formulação de programas de ações comunitárias, com vistas a resolução de demandas. Grande parte dos dados aqui apresentados deriva de depoimentos dos moradores das comunidades através de entrevistas individuais e reuniões comunitárias. As entrevistas foram realizadas com perguntas abertas por meio da equipe de pesquisadores que organizaram as reuniões comunitárias, bem como os encontros entre comunitários e pesquisadores que também ocorriam na sede das cidades.

A maior parte dos dados aqui apresentados foram produzidos durante a elaboração do Diagnóstico Comunitário, que por sua vez, consiste em dois instrumentos de levantamento de informações: i) obtenção de dados individualizados por meio de um formulário com perguntas acerca das atividades produtivas e condições materiais de vida das famílias; e ii) realização de

oficina comunitária, na qual, através de atividades participativas, os moradores produzem cartazes para expressarem visualmente as informações sobre a realidade na qual estão inseridos coletivamente. As informações básicas expressadas nos cartazes produzidos são sobre a Linha do Tempo da Comunidade (história da comunidade), Mapa Comunitário, Rede de Parentesco, Calendário Comunitário Anual e Diagrama de Relações Institucionais



Figura 1 Trabalho em grupo na Comunidade Paraisinho, Rio Madeira – Humaitá (AM). Acervo pessoal. Janeiro de 2024.

Salientamos que a noção de Comunidade por nós utilizada neste trabalho compreende um fluxo organizado de pessoas (VINCENT, 1987) e não uma formação sociocultural e espacial fechada em si. Esta perspectiva teórica se faz evidente na dinâmica empírica das comunidades ribeirinhas que demonstram conexões com diferentes agentes e lugares, como estratégias de reprodução social. Ainda do ponto de vista teórico, cabe esclarecer de antemão que a categoria camponês ribeirinho aqui acionada, está inspirada nas formulações de Cruz (2023), para quem este sujeito constitui-se a partir de um padrão de ocupação espacial que compreende a intrincada relação rio-homem-várzea-terra firme.

2. Mudanças recentes: causas, efeitos e formas de enfrentamento para atualização da condição ribeirinha

Além das similaridades na forma de ocupação do espaço, estruturas organizativas e usos dos recursos naturais, as comunidades ribeirinhas de ambos os vales vivem a experiência comum de serem impactadas pelas políticas governamentais de incentivo à consolidação da fronteira agropecuária sobre a região. Os dados sobre aumento da área cultivada mecanicamente com grãos, assim como do quantitativo mais importante do rebanho bovino no estado do Amazonas, caminha de mãos dadas com os dados que revelam as maiores taxas anuais de desmatamento, de focos de incêndios, trabalho escravo e conflitos pela posse da terra nesta mesorregião do estado.

A dinâmica que conforma este quadro na paisagem regional se processa há cerca de 40 anos, baseando-se na concentração fundiária, o que implica uma gama de controvérsias, esquemas fraudulentos de apropriação de terras públicas por grupos privados e uso da violência contra populações nativas (OLIVEIRA, 2021), levando a um processo de mobilidade campo-cidade em larga escala. Neste período, grande número de pessoas nascidas em comunidades localizadas no rio Madeira, no município de Humaitá, migrou para as cidades de Porto Velho e Manaus, assim como muitas localizadas no rio Purus, no município de Lábrea. Movimento semelhante ocorre com pessoas de comunidades localizadas no rio Purus, no município de Boca do Acre, que migraram para a cidade de Rio Branco, capital do Acre. Mas parte da população diretamente desalojada pela pecuária bovina de corte, que se espalhou pelo território a partir do complexo rodoviário (rodovias federais, estaduais e inúmeras vicinais a estas interligadas) que atualmente soma alguns milhares de quilômetros de estradas, estabeleceu-se nas sedes municipais, localizadas às margens dos rios.

Esta fração de desalojados pela pecuária, não encontrando trabalho e renda no setor de comércio dos núcleos urbanos destes municípios (o setor da indústria é ainda mais incipiente), mantêm atividades tradicionalmente desenvolvidas pelo campesinato ribeirinho, com incursões regulares às regiões as quais conseguem pescar, coletar açaí, tucumã, castanha, entre outras espécies nativas, e até cultivar uma “costa de praia”. No vale do Purus, comumente o destino destas pessoas são a Reserva Extrativista do Arapixi, no caso de Boca do Acre, e a Reserva Extrativista do Médio Purus, no caso de Lábrea. Todavia, o que se apresenta como solução para os que foram expropriados no processo de expansão pecuária, apresenta-se como problema para os que vivem nestas Unidades de Conservação, cada uma delas sendo resultado de longos processos de resistência e mobilização social, sendo geridas a partir de normas ambientais marcadamente preservacionistas, cujos recursos naturais são de uso prioritário para seus moradores.

No caso da região por nós estudada no vale do Madeira, são mais escassas as possibilidades de acesso a áreas com relativa abundância de recursos naturais sob domínio jurídico reconhecido para os ribeirinhos, como as reservas extrativistas mencionadas no caso do Purus. As comunidades estão estabelecidas em terras de particulares, via de regra, propriedades herdadas, cuja titularidade remonta ao período de funcionamento da perversa empresa seringalista. Neste sentido, os comunitários estão submetidos a um regime de favor, por meio de um ambíguo contrato de arrendamento (também chamado de comodato), que antes de servir como fonte de riqueza, serve como instrumento de legitimação da dominialidade do

suposto proprietário. Comunitários relatam que nos últimos 5 anos estes proprietários endureceram as regras de uso dos recursos naturais, dificultaram a renovação dos contratos de arrendamento e têm negado pedidos de erguimento de novas moradias (geralmente decorrentes de uniões matrimoniais de jovens).

Diante da fragilidade e limitação no acesso a recursos naturais nesta parte do vale do Madeira, não somente o contingente de expropriados pela pecuária, como os próprios ribeirinhos jovens, têm no garimpo de ouro uma alternativa de emprego. O garimpo funciona a partir de uma complexa rede de financiadores e recrutadores de mão de obra que operam de maneira anônima e dissimulada, com a anuência de autoridades locais. Os ribeirinhos ingressam nesta rede como ocupantes das funções diretas de extração do ouro, com longas e perigosas jornadas de trabalho nas precárias balsas ou dragas que funcionam ininterruptamente, a troco de remunerações que permitem não mais que a manutenção das necessidades básicas da família. Entre as consequências desta realidade está a forte oposição dos ribeirinhos à ação dos órgãos ambientais e suas operações de combate ao garimpo, que instauram um clima de tensão e terror nas comunidades, conforme tem sido noticiado pela imprensa nacional nos últimos anos.



Figura 2 Vista aérea da Comunidade Santa Rosa, com balsas de garimpo em atividade estacionadas à frente. Rio Madeira, Humaitá (AM). Acervo pessoal - Setembro de 2023.

3. Formas de organização: o modo comunitário de dar sentido ao mundo - relações de parentesco, relações comerciais e políticas

De maneira geral, as comunidades ribeirinhas nos dois vales por nós estudados compreendem povoados cuja constituição varia de 12 a 38 unidades domiciliares (moradias) onde quase a totalidade dos membros pertencem a no máximo três famílias, numa intrincada rede de relações de parentesco estabelecida tanto por uniões matrimoniais, quanto por laços de reciprocidades vinculadas ao trabalho e à religião. É perceptível os esforços para distinção interna dos membros, segundo as famílias as quais pertencem, seja pelo discurso de exaltação

de condutas tidas como moralmente corretas, atribuídas a si como continuidade e lealdade aos valores de seus ancestrais, seja pela atribuição de qualificações indesejadas na conduta de membros de outras famílias. Ressaltamos que situação semelhante foi percebida por Comerford (2015) ao estudar outro contexto de comunidades camponesas no Brasil. Todavia, é também perceptível os esforços para evitar o esgarçamento das relações e conter divergências que ponham em risco a unidade comunitária projetada para o exterior.

Em cada comunidade costumam-se valorizar as narrativas sobre os processos e sujeitos de sua instituição, bem como dar continuidade a eventos celebrativos percebidos como tradicionais, que singularizam e conferem identidade de pertencimento a seus membros. Neste sentido, algumas narrativas são enredadas no fato da comunidade ter sua origem a partir dos remanescentes de trabalhadores/seringueiros de um determinado seringal e um respectivo padrão – como as comunidades Paraisinho e Paraiso Grande, no Rio Madeira, em Humaitá; e outras no histórico de participação de seus fundadores nos processos de reconhecimento do direito ao território – no caso da comunidade estar situada em um território demarcado pelo poder público, como em Jurucuá, na Reserva Extrativista Médio Purus, ou em Independência, no Projeto de Assentamento Agroextrativista Antimary, no rio Purus, município de Boca do Acre.

A influência da Igreja Católica nas comunidades ribeirinhas é muito expressiva e se faz tanto pela existência de espaços físicos para as celebrações litúrgicas, como Centros Comunitários de Evangelização e Catequese, de pequenos Oratórios dedicados a vários santos, quanto no nome das comunidades, como em Santa Rosa, ou através do festejo anual das comunidades, que mesmo com atrações profanas (torneios de futebol e bailes dançantes), realiza-se sob o pretexto de honrar o santo/santa padroeiro da comunidade. Ressalte-se que tais festejos geralmente inscrevem-se no calendário anual de festas populares dos municípios, ocorrendo em finais de semana e arrastando centenas de pessoas das cidades. Lideranças comunitárias geralmente percebem a variação anual do tamanho do público externo participante dos festejos como indicador de prestígio da comunidade no espaço social, o que os leva a um maior esforço na organização da programação das atrações – realização da competição de mastro, escolha da rainha do festejo, contratação de atrações musicais famosas regionalmente para *shows*, etc..



Figura 3 Oratório na Comunidade Paraíso Grande, Rio Madeira, Humaitá (AM). Acervo Pessoal - Março de 2023.

Ainda em termos religiosos, deve-se ter claro que, seguindo uma tendência observada em todo o país, tem cada vez maior presença as confissões religiosas alinhadas ao neopentecostalismo, como a Congregação Cristã do Brasil e a Assembleia de Deus. Certamente a divisão das comunidades em duas ou mais religiões influencia a convivência e o debate acerca de demandas comuns, assim como, também a exemplo do que ocorre no país de maneira geral, contribuirá para o surgimento de pontos de vistas políticos e opções partidárias divergentes. Todavia, destacamos o caso da comunidade Independência, onde o dirigente da Igreja Católica é irmão do dirigente da Assembleia de Deus, mantendo o diálogo e a unidade acima das diferenças doutrinárias de cada religião.



Figura 4 Templo da Igreja Assembleia de Deus na Comunidade Independência, Rio Purus, município de Boca do Acre (AM). Acervo pessoal - Abril de 2023.

O trabalho segue sendo um dos elementos estruturantes do comunitarismo ribeirinho, por meio de trocas cooperativas que envolvem o cultivo agrícola, como limpeza de praias, colheita e escoamento da produção até os centros comerciais estabelecidos nas sedes

municipais. O comércio da produção excedente, sobretudo, dos sistemas agrícolas e extrativos geralmente leva os ribeirinhos a se vincularem a atravessadores (comerciantes) que, seguindo a lógica mercantil, estabelecem zonas de monopólio, ditando preços à produção, quase sempre utilizando-se de artimanhas de adiantamento de valores monetários, que condicionam a venda da produção a estes canais. Contraditoriamente, estes mecanismos de exploração são também elementos de unidade comunitária, uma vez que trazem à consciência dos ribeirinhos a situação de dependência a que estão submetidos.

Como instrumento de enfrentamento aos mecanismos de dominação e dependência econômica, a maioria das comunidades esboça uma forma burocratizada de organização, por meio da criação e funcionamento de Associações de Produtores e/ou Moradores. Neste sentido, registre-se o caso da Associação dos Produtores do Paraisinho, que viabiliza acesso dos produtores aos programas do governo federal de aquisição de produtos da agricultura familiar (PAA e PNAE), bem como o repasse de recursos do governo estadual, por meio do Fundo de Promoção Social, para a aquisição de veículos de transporte (motores rabeta, canoas de alumínio e até uma pick-up) e equipamentos agrícolas.

A relação com organismos do Estado é também um dos elementos de unidade comunitária, embora que permeada por ambiguidades e contradições. Apesar de se mostrarem extremamente burocráticas e desgastantes, as possibilidades de acesso a políticas públicas de apoio à produção e comercialização de excedentes agrícola e extrativistas se apresenta como resultado de conquistas históricas do campesinato brasileiro, que emergiram a partir dos anos 1990, no processo de garantias em torno das categorias “agricultor familiar”, “populações tradicionais” e etc. Os ribeirinhos acionam e assumem para si essas categorias, na tentativa de acesso também à políticas de saúde e educação escolar.

Diferentemente de seus ancestrais, fundadores das comunidades estabelecidas nas duas margens de cada um dos rios, as gerações atuais de adultos e, sobretudo, de jovens ribeirinhos, incorporam às suas subjetividades as experiências vividas no ambiente escolar, como instância de sociabilidade. Embora limitadas pela infraestrutura e instabilidade dos processos de contratação e permanência de professores, seja no ensino fundamental, ou no ensino médio em algumas comunidades, a Escola constitui-se como um dos elementos de unidade comunitária trazidos pelos processos de democratização política do Brasil, a partir do final do século XX. Desta forma, a Escola trouxe não somente mudanças relacionadas à inserção dos jovens em trabalhos tipicamente ribeirinhos nos processos produtivos, como faz a mediação entre comunitários e poder público.

Por um lado, de forma radicalmente diferente do que ocorria até o início dos anos 1990, quando a educação escolar era rara em comunidades rurais amazônicas, atualmente as crianças e adolescentes têm parte considerável de seu tempo nos deslocamentos até as escolas, diretamente nas salas de aulas e na resolução de tarefas escolares, implicando alterações nos padrões de participação de ambos os sexos nos trabalhos de pesca, coleta de produtos extrativos, atividades agrícolas e afazeres domésticos, em relação às gerações anteriores. Por outro lado, a escola amplia a gramática da vida comunitária, pautando reivindicações ao poder público, como a contratação de professores, ou representando alternativas de fontes de renda aos comunitários, como na prestação de serviços de merendeiras e pilotos de barcos de transporte escolar.

4. Economia, meio ambiente e a orquestração de sistemas produtivos e simbólicos que ordenam espaço e tempo

Um dos elementos estruturantes das comunidades ribeirinhas é a singularidade de sua diversificada produção de alimentos. A massiva migração sertaneja, a partir do século XIX, introduz e adapta paulatinamente uma gama de práticas agrícolas, criação de animais e outras influências desta que é uma das formações camponesas mais expressivas do continente (ALMEIDA, 2012). A estes saberes, somam-se o conhecimento sobre peixes, quelônios, mamíferos e aves, sobre ervas e frutas da mata, domínio de saberes indígenas.

Em parte da estação chuvosa, os ribeirinhos dedicam-se à coleta de castanha do Brasil, açaí, tucumã, cacau e outros frutos silvestres com que se alimentam e alimentam parte da sociedade regional. Durante a estação de estiagem, ao baixar o volume das águas, pescam diuturnamente nos sucessivos movimentos de passagens das diversas espécies em piracemas no leito dos grandes rios. Mas não param a pesca também durante a estação das chuvas, nos paranãs, igarapés, igapós e lagos sombreados, em canoas, ou nas barrancas. Sendo assim, a produção destas comunidades está na base do sistema alimentar regional, como um todo articulado e complementar de atividades que constituem subsistemas agrícolas, da pesca e de extrativismo vegetal.

Tal sistema expressa saberes que descendem de trabalhadores extrativistas, caboclos, beradeiros, camponeses e indígenas. São saberes que por gerações sucessivas experimentaram, combinaram e desenvolveram formas específicas de preparar e consumir alimentos. Relativo à agricultura, tomemos o exemplo da cana de açúcar, que assim como a mandioca, destaca-se pelas possibilidades de diversificação – subprodutos que de maneira automática chamamos de "derivados". O cultivo e transformação da cana de açúcar comporta saberes extraordinariamente

complexos: o tamanho da muda, a abertura da cova, o dia certo e a disposição do material no solo, a limpeza, o corte, a prensagem no engenho, a temperatura da caldeira, o ponto do mel, do alfenim, da batida, do açúcar preto, a combinação com castanha do Brasil, a textura ideal segundo as aplicações etc.

A produção ribeirinha conforma um sistema que combina práticas agrícolas (cultivo de plantas e criação de animais domésticos), pesca artesanal (de diversas técnicas) e extrativismo vegetal. Este sistema, portanto, implica tempos e espaços ordenados pelo ritmo dos ciclos naturais, mas com originalidades culturais, transmutações ao simbólico e ao sobrenatural, que influenciam diretamente (por adaptação, manutenção e atualização de práticas) nas diferentes formas de sociabilidades e identidades étnicas.



Figura 5 Barraca de venda de produtos agrícolas e extrativistas oriundos de comunidades ribeirinhas em Boca do Acre (AM). Acervo Pessoal - Outubro de 2023.

Diante deste quadro, o debate recente acerca dos inúmeros problemas enfrentados na região amazônica, tal como desmatamento, seca severa dos rios e incêndios florestais, trouxe à tona a noção de bioeconomia, como alternativa. Por impreciso que ainda seja conceitualmente, sabe-se que a ideia de bioeconomia não está reduzida à economia ecológica e ao debate teórico daí advindo, também não é economia ambiental, embora dialogue com ambas as vertentes. Experiências abrigadas sob esta designação dedicam-se à criação de novas formas de ação e uso que envolvem a aplicação de biotecnologia, a geração de biorecursos e a bioecologia como conservação e uso racional da biodiversidade. O específico, ou novo, da bioeconomia, portanto, seria a centralidade da ecologia, como base para geração de bens e serviços que gerem igualmente valor econômico e valor social.

A polissemia do termo bioeconomia, remonta a um já relativamente antigo debate sobre os disputados constructos discursivos em torno da ideia de desenvolvimento, conforme anotou

Ribeiro (2008). Sobretudo, a partir do momento em que são inseridas argumentações que realçam os limites ecológicos ao que a partir das chamadas revoluções industriais se convencionou considerar o padrão unicamente viável de produção: transformar a natureza em bens e serviços mercadológicos para geração de riqueza, sem preocupação quanto às formas de distribuição dessas riquezas e seus passivos.



Figura 6 Vista aérea da Comunidade Jurucuá, na Resex do Médio Purus, município de Lábrea (AM). Acervo pessoal - Maio de 2024.

Em nossa incursão ao cotidiano vivido pelos diferentes agentes em três municípios do Sul Amazonense, que em sua maioria desconhecem o termo bioeconomia, mas movimentam extensas e complexas cadeias produtivas e comerciais baseadas na biodiversidade de ecossistemas amazônicos, pudemos identificar vários exemplos dos ramos aos que estão associados: i) Alimentos, *in natura* e pré beneficiados: Amêndoas, polpas; ii) Aditivos em processos de fabricação de fármacos e cosméticos: óleos, manteigas, extratos; e iii) Aditivos em processos de fabricação de materiais multifuncionais em substituição à petroquímicos: fibras de mesocarpos de diferentes espécies em experimentos de fabricação de embalagens.

Entre as espécies nativas, incluem-se muitas outras além daquelas que convencionalmente associamos ao processo de ocupação não indígena dos vales amazônicos, como a castanha do Brasil e, principalmente, a borracha natural da seringueira, a partir da segunda metade do século XIX. Registram-se também: açaí, cacau, cupuaçu, murumuru, tucumã, andiroba, mutamba e etc. Além da inclusão de novas espécies na criação de novos circuitos de comercialização, para finalidades diversas, há ainda a prospecção, experimentos e descobertas de aproveitamento do que antes era meramente descartado como resíduos das atividades comerciais centrais, como é o caso do mesocarpo do tucumã, do murumuru, e do ouriço de castanha do Brasil.

Estas cadeias são constituídas por agentes situados em diferentes campos do espaço social, com trajetórias quase sempre marcadas pela existência de tensas e contraditórias relações

de colaboração, permeadas por ambiguidades e explorações, próprias dos conflitos na constituição histórica local. Também caracterizam-se por apresentarem ramificações extensas que as interligam com contextos sociais, econômicos e tecnológicos radicalmente diversos de onde se dá o contato direto com a biodiversidade em estado natural. Em maior ou menor proporção, haverá atualmente alguma experiência em curso na região ora mencionada, assim como em outras bacias hidrográficas. Conforme notaram Fernandes & Berkowitz (2024, p. 170/171), o momento presente impõe que se debata “menos ‘o que é bioeconomia?’ ou ‘por que a bioeconomia é importante?’, e mais ‘como fortalecer uma bioeconomia inclusiva na Amazônia’”.

Especificamente no município de Lábrea, situado no vale do Purus, e com *status* de pólo microrregional de influência direta sobre Canutama e Tapauá, localizados à jusante e indireta sobre Pauini e Boca do Acre, situados à montante, estão em curso duas experiências cujos escopos gerenciais apresentam-se marcadamente distintos, embora tendo em comum a produção de bens e serviços baseados na biodiversidade local e no trabalho de base comunitária:

- a) A Empresa Poraquê Açaí possui uma parceria com a multinacional Petruz, que tem escritórios no Brasil, Portugal e Estados Unidos, e alcance ao mercado de 29 países, em 4 continentes. Na safra de 2023/2024 a produção foi de 448 toneladas de açaí beneficiado, estimando-se ter absorvido em torno de 70% da produção de açaí nativo do município.
- b) Associação dos Produtores Agroextrativista da Colônia do Sardinha-ASPACS, propõem-se ao trabalho com um leque variado de espécies nativas, a serem empregadas em diferentes ramos da indústria de fármacos e cosméticos, tais como óleo de Andiroba, manteiga de Murmuru, manteiga de Tucumã, manteiga de Cupuaçu, óleo de Copaíba, semente de Cumaru, fibra de ouriço de castanha e folha da Mutamba (primeiro teste de qualidade).

Viabilizar, ou dar espaço a experiências em torno da noção do ideário de bioeconomia assume a forma de uma corrida contra o tempo, pois, o modelo econômico vigente na região, apoiado por políticas públicas, baseia-se na extinção da biodiversidade, uma vez pautar-se na agropecuária.

A maior ou menor quantidade de possibilidade de identificação de espécies e processos capazes de se converterem em ativos para a bioeconomia depende, sobremaneira, da garantia de domínios territoriais para comunidades tradicionais. A variedade de experiências baseadas em alianças entre empresas comerciais e industriais dos setores farmacológicos e cosméticos observados no vale do Purus, deve-se ao reconhecimento do direito aos territórios através das

reservas extrativistas mencionadas anteriormente e outros territórios demarcados a partir da luta de ribeirinhos e populações indígenas. Tais territórios permitem o avanço da pesquisa em torno da utilização de ouriços de castanha para produção de fibras a serem utilizadas em embalagens (como biorecurso) e o aprimoramento de boas práticas de manejo de cacau nativo (como biotecnologia) que abre espaço aos mercados internacionais dispostos a pagarem pelo valor socioambiental de chocolate produzidos a base dessas matérias primas (como valor bioecológico).

Uma rede de entidades representativas de comunidades e ONGs tornou possível vislumbrar o uso comercial de espécies até então destinadas a virar cinzas em consequência do desmatamento e queimadas para formação de pastagens. Embora não seja nossa intenção aprofundar a discussão conceitual afeitos ao debate sobre governança coletiva na bioeconomia, como arranjos multiatores (BORGES et. al., 2024) ou metaorganizações (FERNANDES & BERKOWITZ, 2024), a experiência de campo nos permitiu tomar conhecimento sobre o envolvimento de várias entidades que influenciam empiricamente o campo do desenvolvimento: ATAMP- Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Médio Purus, está é a associação mãe da RESEX Médio Purus; APADRIT- Associação dos Produtores Agroextrativista da Assembleia de Deus do Rio Ituxi; ASPACS- Associação dos Produtores Agroextrativista da Colônia do Sardinha; COOPMAS- Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha; APITC- Associação dos Produtores Indígenas da Terra Indígena Caititu; ASPARK- Associação dos Produtores Agroextrativista do Ramal do KM 26; APAIRAL- Associação dos Produtores; Agroextrativista do Igarapé da Raiz e Água Limpa.

Estas experiências revelam as diferentes disputas em torno do Estado, em múltiplas escalas e entendido como campo de poder em disputa, nos termos de Pierre Bourdieu (2014). Este autor evita as definições substancialistas do Estado, mantendo a ideia de que este é um campo em disputa. Contudo, destaca que o Estado é interpretado como um princípio oculto da ordem social, também um princípio de produção e representação do mundo social. Numa definição provisória, Bourdieu (2014, p. 33-34) afirma que “o Estado, diria que o setor do campo do poder, que se pode chamar de ‘campo administrativo’ ou ‘campo da função pública’, esse setor em que se pensa particularmente quando se fala de Estado sem outra precisão, define-se pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima”. Os dados sobre crescimento das taxas de desmatamento e focos de queimadas de um lado e os de redução dos processos de demarcação de reconhecimento de direitos territoriais de populações tradicionais, observados nos anos recentes, indicam, claramente, as disputas no interior do Estado que atentam contra o enraizamento de um modelo pautado na bioeconomia.

Em linhas gerais, é possível perceber a relevância de atividades alinhadas ao ideário da bioeconomia no nível local, produzindo alimentos que abastecem parcelas expressivas de classes populares situadas no campo e nas cidades, inclusive as de médio porte como Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO). Também como alimentos voltados a um mercado institucional potencialmente virtuoso, mas com amarras burocráticas de soluções administrativas óbvias e decisões políticas não tomadas, como documentação para acesso a programas de compras da produção familiar para o abastecimento de escolas e instituições de assistência social. E ainda, nesta vertente do alimento em nível local e regional, há um mercado promissor na articulação com redes comerciais locais que poderiam contribuir com a substituição de itens importados que constituem a cesta básica alimentar. Viabilizar este potencial da bioeconomia como produtora de bens e serviços relacionados à alimentação exige articulação com outras políticas setoriais, tais como educacionais, de fomento à indústria do turismo e entretenimento, e responsável pela política tributária.



Figura 7 Vista aérea parcial da região portuária de Lábrea, Rio Purus. Acervo pessoal. Setembro de 2023.

Quando perscrutamos as experiências existentes em bioeconomia da região estudada no nível de exportação, salta aos olhos as enormes lacunas de ordem tecnológica, infraestrutura, atrativos de investimento, subsídios e créditos à classe empresarial, sistemas oficiais de garantias de qualidade sanitárias, mecanismos mínimos de garantias trabalhistas e de redistribuição local das riquezas. Estas deficiências tanto se aplicam ao que se produz como alimento (açai e castanha, por exemplo), quanto das iniciativas mais recentes de experimentações de processos de geração de bens e serviços como matérias-primas para indústrias farmacológicas e cosméticas, prospecção de biorecursos, ou demandas de instalação de plantas industriais na mesorregião.

É possível identificar atualmente uma rede mobilizada na viabilização de atividades associadas a bioeconomia, constituída por um punhado de empresários, expertos em negócios

e pesquisadores acadêmicos, agências financiadoras e dirigentes de entidades representativas de populações tradicionais em articulação regional, por meio da qual se conectam algumas dezenas de comunidades que se mobilizam em torno de experiências de estabelecimento de parcerias, apoiadas por algumas ONGs, pouquíssimas empresas com porte de abrangência nacional, e timidamente governos estaduais e menos ainda locais.

A produção ribeirinha se dá de forma comunitária, pelas diversas formas de colaboração que estabelecem suas famílias: desde troca de dias de trabalho para limpeza de áreas de cultivo e colheitas, até apoio espiritual. Todavia, os elementos externos que participam das fases de circulação e distribuição dos produtos derivados do trabalho, já na forma das mercadorias, tendem a individualizar a produção. Pouco se tem percebido desta forma, apesar de por exemplo, a institucionalidade da gestão de terras indígenas, ao reconhecer as formas de autoridade tradicional, tem permitido isso, como é o caso de aldeias na qual a produção de açaí deve observar o caráter coletivo da produção. Isto porém, deve ser ponto de atenção para evitar malversações e manipulações a interesses escusos.

Considerações Finais

As comunidades ribeirinhas amazônicas apresentam-se como agentes envolvidos em diversos campos do espaço social da região estudada. Seus sistemas simbólico-práticos influenciam determinantemente as conformações socioculturais, políticas, econômicas e ambientais, muito embora sejam claramente preteridos como alternativas para conter o processo destrutivo financiado pelo Estado brasileiro através do modelo do agronegócio da pecuária bovina de corte e do monocultivo mecanizado de grãos. Fundado na concentração fundiária, este modelo tem reduzido sistematicamente os territórios nos quais os ribeirinhos realizam seus sistemas produtivos. Certamente, um dos resultados mais perversos deste processo se faz evidente no fato das gerações mais jovens do vale do Madeira serem compelidas a ocuparem-se no ilegal garimpo de ouro.

Oportunizando políticas públicas de reconhecimento de direitos territoriais, apoio à produção, de saúde e educação, as comunidades desenvolvem formas institucionais de interlocução com os governos, incorporando novos elementos para atualização das dinâmicas de vida comunitária, como programas de apoio a agricultura familiar e a Escola, que somam-se a elementos como as redes de parentesco e a religião.

A partir das lutas de resistência de populações locais, debatem-se outros horizontes, organizam-se utopias e ativam-se práticas que alteram o curso que se pretende inexorável por

aqueles que lucram com o modelo econômico baseado na destruição da natureza. Embates violentos (no plano simbólico e prático), a partir da coragem de vários grupos sociais historicamente subalternizados, trouxeram avanços no enfrentamento a esta marcha destruidora, conforme testemunham as Reservas Extrativistas.

É nesta perspectiva que nos dias correntes tem se apresentado o debate em torno da bioeconomia, por mais impreciso que se apresente conceitualmente. Neste trabalho, buscamos realçar as várias atividades atualmente já em curso na região, suas contradições, limitações, riscos, mas acima de tudo, que estas têm se apresentado como possibilidade de abertura de arranjos que permitam o reconhecimento do uso da biodiversidade por povos e comunidades tradicionais, que em seus fazeres geram valor econômico e social.

Referências

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, 2012. DOI: 10.53000/rr.v1i2.656. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16773>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BORGES, Zilma.; MOMESSO, Caio.; AZERÊDO, Raoni Fernandes.; e CUNHA, Eduardo Vivian. Arranjos Multiatores e Inclusão Produtiva Rural: Agriculturas do Sertão e da Floresta. **Cadernos CEBRAP Sustentabilidade. Cadernos Cebrap Sustentabilidade - Volume 3 - nº1 - Edição Especial Prêmio Ignacy Sachs, 2024**. Disponível em: [1CadernoCEBRAP_Zilma.indd\(cebrapsustentabilidade.org\)](1CadernoCEBRAP_Zilma.indd(cebrapsustentabilidade.org)). Acesso em: 30/06/2024.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras.

COMERFORD, John. Onde está a "comunidade"? : conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o "rural" e o "urbano". **RURIS (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 8, n. 2, 2015**. DOI: 10.53000/rr.v8i2.1986. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16908>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Caboclos-ribeirinhos: Camponeses na Amazônia. REVISTA GEONORTE, 14(46)**. Disponível em: <https://doi.org/10.21170/geonorte.2023.V.14.N.46.278.297> Acesso em 20 ag. 2024.

FERNANDES, José Augusto Lacerda. & BERKOWITZ, Héloïse. Metaorganizações e Inovações Sustentáveis. In.: **Bioeconomia para quem?: bases para um desenvolvimento sustentável na Amazônia/ MARCOVITCH. Jacques. & VAL, Adalberto Luis (org.)**. São Paulo: Com-Arte, 2024.

OLIVEIRA, João Pacheco. A reabertura da fronteira amazônica, os dragões da maldade e as perspectivas da democracia brasileira. **Confluenze. Rivista Di Studi Iberoamericani**, 13(1), 2021, 77–104. Disponível em: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13087> acesso em 20 ag. 2024

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 80. 2008. pp.109-125. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100008> .

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: Bela Feldman-Bianco (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora Global, p. 375-402, 1987.